

# COMPORTAMENTO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESTADO DE SANTA CATARINA NA ÚLTIMA DÉCADA

Lauro Francisco Mattei  
UFSC<sup>1</sup>/l.mattei@ufsc.br

Bruna Boni Lavratti  
UFSC<sup>2</sup>/bruna.economista@gmail.com

Rayana de Azevedo Peled  
UFSC<sup>3</sup>/rayanapeled@gmail.com

Área temática 3: Demografia e mercado de trabalho.

## Resumo

O final do século passado foi marcado por mudanças estruturais tais como a terceira revolução tecnológica, a abertura comercial e a desregulamentação dos mercados que caracterizaram a fase capitalista conhecida como o “período de globalização” na qual ocorre a reestruturação do sistema produtivo. O capitalismo contemporâneo resulta na precarização das relações de trabalho e na redução de postos de emprego pelas empresas, que sob a égide da globalização e do receituário neoliberal, passam a buscar um sistema de relações de trabalho mais flexível de forma a reduzir os custos. As políticas adotadas pelo Brasil a partir da década de 1990 visavam enquadrar a economia nacional ao cenário global de mudanças, que atingiram com mais intensidade os países periféricos. Essas tendências vêm sendo revertidas desde a desvalorização do real em 1999, observa-se que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho que vem crescendo com certa intensidade. No Governo Lula, estes resultados se intensificaram devido às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação das políticas de emprego e da ampliação dos programas sociais voltados a combater a miséria. O artigo objetivou estudar as modificações estruturais sobre o mercado de trabalho de Santa Catarina analisando a última década. Observou-se que a população economicamente ativa (PEA) ocupada cresceu a uma taxa entre os anos de 2001 e 2011. Em contrapartida, os desocupados perderam participação relativa sobre a PEA catarinense. Portanto, entre os anos de 2001 a 2011 a taxa de desemprego aberto obteve uma queda. Observou-se também uma maior taxa de crescimento das mulheres no mercado de trabalho, comparativamente aos homens tendência que vem sendo verificada globalmente. Como metodologia, a pesquisa baseou-se quantitativamente nos dados obtidos pela Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) disponibilizados pelo IBGE e na realização de revisão e pesquisa bibliográfica.

**Palavras-chave:** Mercado de trabalho; população economicamente ativa; Santa Catarina.

---

<sup>1</sup> Professor Doutor do curso de Ciências Econômicas da UFSC e membro do NECAT.

<sup>2</sup> Graduando curso de Ciências Econômicas e membro do NECAT.

<sup>3</sup> Graduando curso de Ciências Econômicas e membro do NECAT.

## INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo atualizar os dados referentes ao mercado de trabalho no estado de Santa Catarina e seu comportamento na primeira década do século XXI. Serão disponibilizadas novas informações colhidas durante o ano de 2011 que vão compor um novo período de análise, de 2001 a 2011.

As mudanças políticas e econômicas que atingiram o final do século passado colocaram a economia mundial na nova fase conhecida como globalização, que foi marcada, sobretudo, pela liberalização dos fluxos de capitais e a desregulamentação dos mercados, impactando também o mercado de trabalho.

Este artigo tem como objetivo, além de apresentar uma breve revisão bibliográfica sobre o assunto na primeira seção. Na segunda parte deste estudo a qualificação destas análises se dará através do comportamento do mercado de trabalho e a dinâmica da população economicamente ativa catarinense tendo como fonte para esses embasamentos os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), disponibilizados pelo IBGE. A terceira seção fará uma análise da condição de atividade e situação de domicílio segundo sexo apresentando as principais tendências de migrações entre as duas condições de atividade: rural e urbana. O mercado de trabalho e os setores de atividade econômica serão abordados na quarta seção desse artigo na qual se relacionará à distribuição da PEA ocupada por ramos de atividade.

A quinta e última seção irá apresentar as considerações finais do trabalho, momento em que se destacam as principais características e tendências do mercado de trabalho em Santa Catarina.

### **1. O mundo do trabalho no final do século XX e início do século XXI**

O final do século XX foi marcado por grandes transformações estruturais que causaram impactos no mundo do trabalho, essas transformações caracterizam o período de globalização econômica. A mudança do modo de produção aliado aos outros fatores como a terceira revolução tecnológica, a nova divisão internacional do trabalho, a desregulamentação dos mercados, abertura comercial, a maior atuação das empresas transnacionais, levaram a um processo de reestruturação produtiva, seguindo o receituário neoliberal que visa reduzir os custos e aumentar a produtividade do trabalho.

A década de 1980 foi marcada por profundas transformações no mercado de trabalho e no modo como este se insere na estrutura produtiva. A mudança da produção em massa fordista para a produção flexibilizada e especializada do modelo japonês *just in time*, transformou as formas de organização e gestão da produção. O novo modelo utiliza as inovações tecnológicas que otimizam o tempo e reduzem a participação da mão de obra visando à produção com estoques controlados e a especialização de empresas em partes que integram o processo de montagem. Coutinho (1992) atribui o surgimento deste novo paradigma industrial às novas tecnologias de automação flexível, articuladas por processos de engenharia que reestruturaram profundamente as indústrias de bens de capital e serviços.

O novo modelo de produção flexível tem um padrão de acumulação flexível que causa rápidas transformações nos padrões de desenvolvimento desigual, isso pode se observar tanto entre os setores como também entre as regiões geográficas, segundo Harvey (1992) isso cria um grande movimento no emprego no setor de serviços. Do ponto de vista do trabalhador nessa fase de mudança do modo de produção, a principal alteração é que para garantir melhor qualidade e o melhor tempo, o trabalhador quebra com a estrutura uma máquina/um trabalhador e passa a operar várias máquinas, há uma flexibilização da produção (ANTUNES, 1997).

A Terceira Revolução Tecnológica foi desencadeada pelo Japão, a reestruturação industrial, a produção em pequena escala de vários modelos de produto e o aumento da intensificação do trabalho são as características desse novo modo de produção. Essa reestruturação, no entanto, impactou de forma negativa o mercado de trabalho. “O avanço da desregulamentação do mercado, a flexibilização dos contratos de trabalho e das legislações social e trabalhista, a queda nas taxas de sindicalização e no número de greves revelam o maior grau de autonomia das empresas” (POCHMANN, 2002, p. 34).

Os programas de reformas macroeconômicas, realizadas nos países periféricos por orientação das agências multilaterais, como o FMI e o BIRD, contribuíram no sentido de rebaixar ainda mais os custos do trabalho através de uma série de medidas: contratos de trabalho temporário; contratos com encargos sociais reduzidos; flexibilização da jornada de trabalho (CARDOSO, 2004).

A globalização econômica, amparada pelo neoliberalismo, vai significar um processo de interligação das economias possibilitando uma internacionalização destas. O fluxo comercial e de informações entre os mercados vai ser, em muito, acelerado pelas constantes inovações tecnológicas nas áreas de comunicação e informática que possibilitam maior mobilidade do capital produtivo, comercial e financeiro.

Com o processo de globalização, houve uma reestruturação produtiva das empresas transnacionais que gerou uma nova divisão internacional do trabalho. A ampliação da atuação das empresas transnacionais, através do deslocamento de plantas industriais para países onde os custos são menores, trouxe benefícios a estes países, no entanto, ainda que o governo dê subsídios a essas transnacionais, não se tem garantia de que elas permanecerão no país, pois podem existir outros países que ofereçam mais subsídios e mão-de-obra mais barata. Por outro lado, as transnacionais provocam uma concentração de renda ainda maior e uma redução na demanda interna dessas economias periféricas (CARDOSO, 2004).

É fato que o sistema capitalista gera desigualdades, essas desigualdades percorrem também o mundo do trabalho e impactam na sua distribuição. Para Pochmann (2001), o conceito de Divisão Internacional do Trabalho assume relevância como expressão do grau de assimetria geográfica no uso e no rendimento da mão-de-obra em distintas fases históricas da evolução da economia mundial.

A assimetria de distribuição geográfica do trabalho pode ser interpretada pela decisão de localização da empresa e de mobilidade da mão-de-obra, esses fatores podem explicar o motivo de uns países serem mais ricos que outros. Outra concepção da distribuição espacial do trabalho é a de repartição própria da lógica capitalista, onde a economia mundial está dividida em classes e há uma hierarquização das economias, a Divisão Internacional do Trabalho seria obra dessa desigual distribuição de poder no mundo. No entanto, prevalece a última interpretação (POCHMANN, 2001).

Entendendo a economia capitalista mundial como sendo uma relação estruturada entre centro e periferia, a divisão espacial do trabalho no mundo estaria atrelada a esta relação. O centro representa o poder, é onde as atividades de controle do excedente e a produção e difusão de novas tecnologias se desenvolvem. A periferia é subordinada às lógicas capitalistas do centro e dependente de sua tecnologia, financiamento e crédito. Mais tarde foi criado o conceito de semiperiferia, que não é tão subordinada como a periferia e não tem tanto poder como o centro, é um meio termo.

A diferença na distribuição espacial da divisão do trabalho configura o mundo de hoje, onde de um lado os países semiperiféricos produzindo manufaturados com baixa tecnologia, mão-de-obra barata e flexível, uso elevado de matéria-prima e energia e onde as atividades são insalubres e poluidoras e de outro os países centro onde se produz mercadorias de alto valor agregado, geralmente da área de informação, comunicação e de serviços de apoio à produção.

Segundo Cardoso (2004), são os trabalhadores dos países periféricos e semiperiféricos, portanto, os que mais sofrem os efeitos da globalização, em função da liberalização comercial e da desregulamentação do mercado de trabalho. A nova divisão internacional do trabalho aumentou as desigualdades, tanto entre os países centrais e periféricos, quanto no interior dos vários grupos de países.

As mudanças estruturais ocorridas no mundo vão se refletir no Brasil, portanto o processo de reestruturação produtiva brasileira ocorrerá à luz da reestruturação produtiva ocorrida no mundo.

Devido ao forte incentivo à industrialização, entre os anos de 1950 a 1980, o Brasil viveu o período de ouro do capitalismo, com grande crescimento da produção, todavia a partir de 1980 a economia brasileira perde seu dinamismo, esta perda pode ser explicada pelos efeitos que sofreu com a globalização e com as políticas macroeconômicas adotadas nesta época.

Segundo Mattei (2012), “a crise da economia [...] abriu caminho para a implementação, no início da década seguinte, do modelo neoliberal no Brasil.” As políticas econômicas influenciadas por este modelo estimulavam a desregulamentação dos mercados, durante a década de 1990 ocorreram mudanças na legislação trabalhista, enfraquecimento dos sindicatos, abertura comercial no Governo Collor, que intensificou a concorrência impulsionando a reestruturação das empresas nacionais, que se seguiu no Governo FHC, com a privatização das empresas estatais. Essas políticas econômicas visavam colocar o país no prumo da globalização e da reestruturação produtiva iniciada nos países desenvolvidos.

Com a abertura econômica as importações aumentaram, impactando negativamente sobre as indústrias nascentes que não estavam preparadas para a concorrência internacional. A partir deste período houve também uma reformulação das funções do Estado. Estes fatores de ordem política e econômica contribuíram para a redução dos empregos em geral, inclusive dos postos qualificados, o que significou um retrocesso no desenvolvimento do país. A partir da década de 1980 “observa-se um crescimento da taxa de desemprego, ao mesmo tempo em que ocorre uma estagnação do emprego formal e o alargamento das ocupações informais como fonte de absorção de mão-de-obra” (IPEA, 2006, p.401).

No Brasil, a reestruturação produtiva chegou apenas nos anos 1990, década marcada pela hiperinflação e pela instabilidade econômica. Com o intuito de resolver tais problemas, o Governo Collor vai implantar o Plano Collor I o qual é fortemente influenciado pela ideologia neoliberal. No entanto, ao invés de resolver os problemas, promoveu uma recessão econômica

e ainda enfraqueceu a indústria nascente, que não estava preparada para a concorrência internacional provocada pela abertura econômica.

No final de 1991 o governo aplica um choque monetário e creditício, o que fez com que os juros se elevassem, diminuindo ainda mais, o investimento e o PIB brasileiro, que voltaram a crescer em 1993 quando a taxa de juros caiu. O desemprego, causado por essas medidas de cunho neoliberal, não reduziu, em 1993, com o aumento do PIB. Em toda essa década a geração de emprego não respondeu ao crescimento do PIB do país, a explicação para tal evento, segundo Cardoso (2004), é a abertura econômica e a distribuição internacional do trabalho na economia mundial.

Ao longo da década de 1990 foi se reduzindo as tarifas às importações, o que fez com que a produção doméstica fosse substituída pelos produtos importados, isso impactou negativamente na capacidade de geração de emprego. Após 1994, com o Plano Real, esse processo de aumento das importações se intensificou devido à sobrevalorização cambial, a partir deste ano o Brasil teve constantes déficits comerciais, o saldo da balança comercial só voltou a ser positivo no ano de 2001, sendo que o real já estava sofrendo desvalorização cambial desde 1999, desestimulando as importações frente às exportações.

A entrada facilitada de importados contribuiu para a atualização tecnológica das indústrias no Brasil e, por consequência, para os ganhos de produtividade, esse também é um fator que pode explicar a menor geração de empregos, visto que os incrementos em tecnologia são poupadores de mão-de-obra.

As grandes empresas diminuíram o emprego na década de 1990, reagindo à abertura da economia e valorização da moeda nacional, com racionalização da produção e enxugamento do quadro de pessoal, mas voltaram a empregar depois de 1999 e continuaram a ampliar o emprego com a expansão vigorosa das exportações, apesar dos efeitos sobre o preço do dólar, do superávit da conta corrente do balanço de pagamentos e do alto nível das taxas de juros praticadas no país (BALTAR, 2010).

A partir de 1995, com o Governo Fernando Henrique Cardoso, foram adotadas medidas legais que desregulamentaram e flexibilizaram a legislação trabalhista. Alguns autores afirmam que essa precarização das relações de trabalho, se deu em período de crescimento da taxa de desemprego e que, portanto, o que houve na realidade foi uma retirada de direitos dos trabalhadores. Este governo também deu início ao processo de privatizações das empresas estatais que tinham importante papel estratégico no país, esse processo se deu devido ao receituário neoliberal que adotaram os governos a partir dos anos 1980, onde passaram a ser questionadas as funções do Estado.

Essas mudanças no mercado de trabalho refletem a diminuição da participação das grandes empresas e órgãos públicos na absorção dos trabalhadores por conta-alheia que foram agravadas pela terceirização das atividades antes realizadas por empregados dessas empresas e órgãos públicos. A ampliação do uso de terceiros responde pelo imenso aumento tanto do emprego nas pequenas empresas quanto do trabalho por conta-própria. Essas tendências vêm sendo revertidas desde a desvalorização do real em 1999, mas o processo é lento não somente porque tem sido muito limitado o crescimento da economia, mas também porque a população economicamente ativa ainda cresce muito rápido no Brasil, devido à continuidade do aumento da participação feminina na atividade econômica (BALTAR, 2010).

Depois de 1999, as tendências da ocupação que predominaram na década de 1990 foram invertidas. A taxa de desemprego parou de aumentar e começou inclusive a diminuir gradativamente, observa-se que os empregos informais pararam de crescer para dar espaço a um processo de formalização dos postos de trabalho que vem crescendo com certa intensidade (BALTAR, 2010; CEPAL, 2008).

No Governo Lula, estes resultados se intensificaram devido às prioridades dadas no campo social, com a reestruturação das políticas de emprego e da ampliação dos programas sociais voltados a combater a miséria, tais como Fome Zero e Bolsa Família (PRONI; ROCHA, 2010).

Para Proni (2011), “a recuperação da economia e a estabilidade macroeconômica devem ser entendidas como condições necessárias, mas não suficientes, para garantir uma geração adequada de empregos, uma elevação significativa do poder de compra dos salários e uma redução expressiva da miséria e das desigualdades sociais” (PRONI, 2011, p. 22).

Portanto, é necessário que se preserve e amplie as iniciativas no campo da regulação do mercado de trabalho, do fortalecimento da ação sindical, da redistribuição de renda e da universalização da proteção social, no Governo Dilma.

## **2. O comportamento do mercado de trabalho e a dinâmica da população economicamente ativa catarinense**

As consequências sobre a economia e as relações de trabalho causadas pelo fim do amparo do Estado como promotor do desenvolvimento e pela abertura comercial e os planos de estabilização econômica, também atingiram o estado de Santa Catarina. Com uma estrutura produtiva diversificada, com forte participação no setor agrário exportador e expressiva

produção industrial, descentralizada e possuidora de um grau de formalização relativamente alto em relação às outras regiões brasileiras, o estado acompanhou as mudanças por que passou a economia nacional.

Com base nas informações da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD/IBGE) entre 2001 e 2011 analisaram-se algumas informações gerais, conforme tabela 1. Desde 2001 Santa Catarina encontra-se numa situação melhor do que a maioria dos estados brasileiros no que se refere ao mercado de trabalho geral, pois 64,5% da sua população em idade ativa (PIA) são pessoas economicamente ativas (PEA), ou seja, pessoas que estão trabalhando ou estão à procura de emprego. Acima da média para o Brasil, que em 2001 possuía 60,5% das pessoas em idade ativa trabalhando ou procurando emprego. No entanto, ao longo desses dez anos é possível perceber uma piora tanto no Brasil como um todo, como especificamente no estado de Santa Catarina, visto que a proporção de pessoas em idade ativa que ficaram fora do mercado de trabalho aumentou. Entre 2001 e 2011, o percentual de pessoas não economicamente ativas (PNEA) obteve um aumento de meio ponto percentual no Brasil e no estado de Santa Catarina especificamente esse aumento foi mais acentuado, de 1,9 pontos percentuais. Entretanto, a proporção de pessoas não economicamente ativas catarinenses ainda se encontra abaixo da proporção da PNEA nacional.

**Tabela 1:** Evolução da PIA, PNEA, PEA e da condição de ocupação (mil pessoas). Brasil e SC, 2001 a 2011.

	ANO	2001	%	2011	%	2001-2011
<b>Brasil</b>	<b>PIA</b>	138.852	100,0%	166.987	100,0%	<b>1,9%</b>
	<b>PNEA</b>	54.886	39,5%	66.764	40,0%	<b>1,9%</b>
	<b>PEA</b>	83.949	60,5%	100.223	60,0%	<b>1,9%</b>
	<b>PEA</b>	83.949	100,0%	100.223	100,0%	<b>1,9%</b>
	<b>Ocupada</b>	76.102	90,7%	93.493	93,3%	<b>2,2%</b>
	<b>desocupada</b>	7.848	9,3%	6.730	6,7%	<b>-1,4%</b>
<b>Santa Catarina</b>	<b>PIA</b>	4.627	100,0%	5.609	100,0%	<b>2,0%</b>
	<b>PNEA</b>	1.641	35,5%	2.100	37,4%	<b>2,3%</b>
	<b>PEA</b>	2.985	64,5%	3.509	62,6%	<b>1,9%</b>
	<b>PEA</b>	2.985	100,0%	3.509	100,0%	<b>1,9%</b>
	<b>Ocupada</b>	2.861	95,8%	3.385	96,5%	<b>1,9%</b>
	<b>desocupada</b>	125	4,2%	124	3,5%	<b>0,9%</b>

Fonte: IBGE/PNAD.

Em relação ao nível de ocupação, em 2001 Santa Catarina contava com 95,8% da PEA ocupada que correspondia a 2.861 mil de ocupados. Em 2011 essa proporção teve um aumento de 0,7 pontos percentuais, com 3.385 mil de ocupados. No Brasil o percentual da PEA ocupada passou de 90,7% em 2001 para 93,3% em 2011. A PEA ocupada catarinense

creceu a uma taxa média de 1,9% ao ano no período abordado, o Brasil como um todo obteve um ritmo de crescimento mais elevado, 2,2% ao ano. Em contrapartida, os desocupados perderam participação relativa sobre a PEA catarinense, de 4,2% em 2001 para 3,5% em 2011, crescendo a uma taxa média de 0,9% ao ano. Portanto, entre os anos de 2001 a 2011 a taxa de desemprego aberto obteve uma queda de 0,7 pontos percentuais.

No Brasil a perda de participação relativa dos desocupados sobre a PEA foi mais intensa, os desocupados no Brasil tiveram ao longo dos dez anos uma queda substancial de 2,6 pontos percentuais, chegando a representar em 2011 6,7% da PEA brasileira, portanto, crescendo a uma taxa negativa de 1,4% ao ano, nestes dez anos.

Com relação à posição na ocupação no trabalho principal percebemos, conforme a tabela 2, que os empregados respondiam no ano de 2011, por 64,9% da PEA catarinense. Em termos absolutos houve um aumento de 692 novos empregados na economia entre os anos de 2001 e 2011.

Os empregados e os empregadores, são categorias mais estruturadas do mercado de trabalho, obtiveram as maiores taxas de crescimento anuais, de 3,8% e 1,6%, respectivamente. Isso pode indicar uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, seguindo as transformações ocorridas no mercado de trabalho brasileiro na primeira década do século XXI, rompendo com o processo de desestruturação da década de 1990. “A primeira podendo refletir o crescimento da demanda por trabalhadores com vínculos mais estáveis e a segunda pode estar relacionada com uma melhora geral na vida econômica, com aumento do consumo, maior disponibilidade de créditos, etc, fatos que estimulam a abertura de novos negócios” (MATTEI ET AL, 2012, pg. 8).

**Tabela 2:** Evolução da PEA, da condição de ocupação e da posição na ocupação no trabalho principal. SC, 2001 e 2011.

ANO	2001	% da PEA	2011	% da PEA	% aa
<b>PEA</b>	2.985	100,0%	3.509	100,0%	<b>1,9%</b>
<b>Ocupada</b>	2.861	95,8%	3.385	96,5%	<b>1,9%</b>
<b>Desocupada</b>	125	4,2%	124	3,5%	<b>0,9%</b>
<b>Empregados</b>	1.587	53,2%	2.279	64,9%	<b>3,8%</b>
<b>Trabalhadores domésticos</b>	159	5,3%	162	4,6%	<b>0,4%</b>
<b>Conta própria</b>	564	18,9%	628	17,9%	<b>0,8%</b>
<b>Empregadores</b>	172	5,8%	164	4,7%	<b>1,6%</b>
<b>Trabalhadores na construção para o próprio uso</b>	2	0,1%	2	0,1%	<b>-3,1%</b>
<b>Trabalhadores na produção para o próprio consumo</b>	94	3,1%	42	1,2%	<b>-5,5%</b>
<b>Não remunerados</b>	283	9,5%	108	3,1%	<b>-7,7%</b>

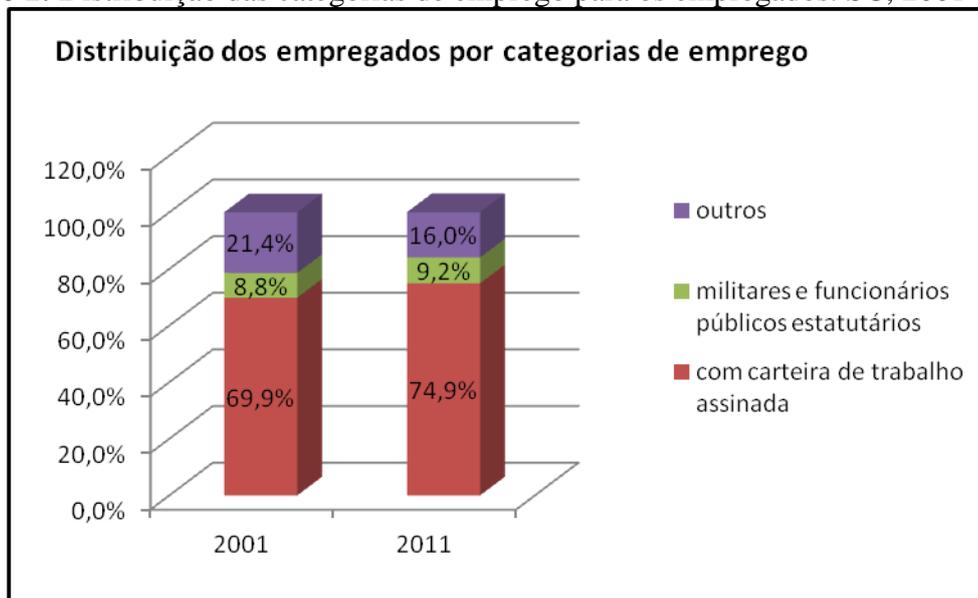
Fonte: IBGE/PNAD.

Os trabalhadores domésticos e os trabalhadores por conta própria cresceram a taxas pequenas, da ordem de 0,4% e 0,8% ao ano, respectivamente. É interessante destacar que os trabalhadores por conta própria respondiam por 17,9% da PEA catarinense em 2011, apesar dessa participação ter diminuído ao longo do tempo, pois em 2001 correspondia por 18,9% da PEA. Mesmo assim continuam sendo a segunda maior categoria na ocupação no trabalho principal. Apesar de uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, ainda existe um percentual considerável de pessoas que trabalham por conta própria.

Outro indicativo de uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina é que as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas. A categoria que teve a maior taxa de crescimento negativo foi a dos trabalhadores não remunerados com uma taxa de crescimento negativo significativa de 7,7% ao ano, representa uma proporção considerável da PEA catarinense mesmo tendo reduzido essa proporção ao longo do tempo, de 9,5% da PEA em 2001 para 3,1% da PEA em 2011. Proni (2011) afirma que a maioria desses trabalhadores não remunerados são ocupados em atividades agrícolas no Brasil. Isso também corresponde ao estado de Santa Catarina.

Os trabalhadores na construção para próprio uso obtiveram uma taxa de crescimento negativa da ordem de 3,1% ao ano. Todavia, essa categoria representa uma parcela muito pequena da PEA catarinense. Os trabalhadores na produção para o próprio consumo, que em 2001 representavam 3,1% da PEA catarinense, reduziram sua participação chegando em 2011 a representar apenas 1,2% do total, esta categoria também obteve uma alta taxa de crescimento negativa da ordem de 5,5% ao ano nesta última década.

**Gráfico 1:** Distribuição das categorias de emprego para os empregados. SC, 2001 e 2011.



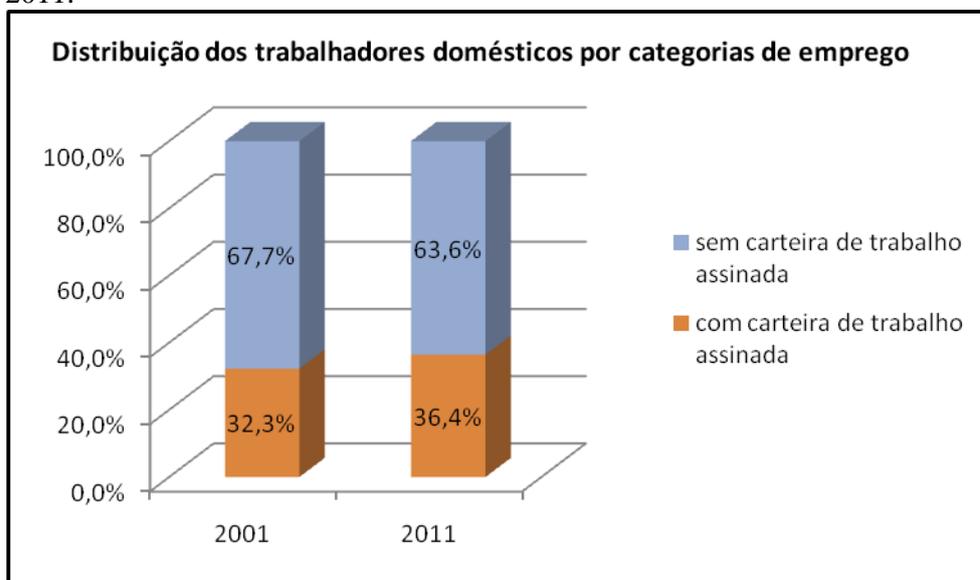
Fonte: Elaboração própria a partir dos dados do IBGE/PNAD.

No que tange a categorias de emprego, os empregados se encontram com uma distribuição mais bem estruturada no mercado de trabalho, sendo formado aproximadamente 75% por relações de trabalho formalizados. Entre os anos de 2001 e 2011 observou-se uma melhora nessa distribuição aumentando o percentual das categorias mais estruturadas em detrimento da redução do percentual das categorias menos estruturadas designadas, no gráfico 1, como *outros*, categoria que compreende os sem carteira de trabalho assinada, os escravos, entre outras categorias precárias.

Os empregados com carteira assinada tiveram um aumento da sua participação de 69,9% em 2001 passaram a representar 74,9% dos empregados catarinenses em 2011. Os militares e funcionários públicos estatutários também tiveram um aumento na participação sobre os empregados catarinenses de 0,4 pontos percentuais. Por fim, como já observado anteriormente, a categoria do emprego designada como *outros*, teve sua participação reduzida sobre os empregados catarinenses, de 21,4% para 16% em 2011.

Com relação à distribuição dos trabalhadores domésticos, observamos no gráfico 1 um mercado ainda muito precário, pois a maioria dos trabalhadores domésticos se encontrava sem carteira de trabalho assinada em 2001, realidade que pouco se alterou em 2011.

**Gráfico 2:** Distribuição da categoria de emprego para os trabalhadores domésticos. SC, 2001 e 2011.



Fonte: IBGE/PNAD; Elaboração Própria.

Em 2001 os trabalhadores domésticos sem carteira assinada representavam 67,7%, em 2011 passaram a representar 63,6%. Em contrapartida os trabalhadores com carteira de trabalho assinada que em 2001 representavam 32,3% dos trabalhadores domésticos catarinenses, em 2011 o percentual de carteiras assinadas aumentou para 36,4%.

### 3. Condição de atividade e situação de domicílio segundo sexo

É possível também relacionar as condições de atividade com a situação de domicílio, conforme a tabela 3. Dentro da PEA, as mulheres apresentaram um crescimento de 2,1%, superior aos dos homens. Esse movimento foi puxado primordialmente pela PEA feminina urbana, já que no meio rural o crescimento anual percentual de 1,2% foi negativo. Para a população não economicamente ativa, o crescimento foi puxado pelos homens do campo.

Os dados para o domicílio rural, durante o período de 2001 a 2011, revelam que o movimento de migração para as cidades continua, tanto para a população economicamente ativa quanto para a não economicamente ativa.

**Tabela 3:** Pessoas de 10 anos ou mais de idade (PIA) por condição de atividade na semana de referência, segundo sexo e situação do domicílio (mil pessoas). SC, 2001 e 2011.

Condição de atividade		Situação do domicílio		2001	%	2011	%	Taxa %
		Sexo						
Economicamente ativa	Total	Total		2.985	100,0%	3.509	100,0%	1,9%
		Homem		1.727	57,9%	1.998	56,9%	1,7%
		Mulher		1.258	42,1%	1.511	43,1%	2,1%
	Urbana	Total		2.323	100,0%	2.948	100,0%	2,6%
		Homem		1.346	57,9%	1.657	56,2%	2,3%
		Mulher		977	42,1%	1.291	43,8%	2,9%
		Total		662	100,0%	561	100,0%	-1,0%
		Homem		381	57,6%	341	60,8%	-0,9%
		Mulher		281	42,4%	220	39,2%	-1,2%
Não economicamente ativa	Total	Total		1.641	100,0%	2.100	100,0%	2,3%
		Homem		589	35,9%	771	36,7%	2,9%
		Mulher		1.053	64,2%	1.328	63,2%	1,9%
	Urbana	Total		1.417	100,0%	1.734	100,0%	1,8%
		Homem		514	36,3%	627	36,2%	2,1%
		Mulher		902	63,7%	1.107	63,8%	1,6%
		Total		225	100,0%	366	100,0%	5,4%
		Homem		74	32,9%	144	39,3%	7,9%
		Mulher		151	67,1%	221	60,4%	4,1%

Fonte: IBGE/PNAD.

Enquanto que em 2001 a PEA rural tinha um contingente de 662 pessoas, em 2011 esse número diminuiu para 561. A PNEA, porém, apresentou um crescimento anual positivo, a tendência foi puxada pela população masculina, que em 2001 possui um pouco mais de 70 homens e aumentou para 144 em 2011 caracterizando uma taxa de crescimento de 7,9%. Os dados revelam que, durante a última década de 2000, o processo de esvaziamento do campo deu uma guinada e dá lugar a um notável crescimento, sobretudo quando se analisa a população masculina.

#### 4. O mercado de trabalho e os setores de atividade econômica

Com relação à distribuição da PEA ocupada por ramos de atividade foi abordado um período de nove anos, de 2002 até 2011, devido ao fato de que os dados do ano de 2001 não estão disponíveis na PNAD. A tabela 4 se refere à participação relativa da PEA ocupada nos ramos de atividade.

Em 2002 a agricultura era a atividade com mais pessoas ocupadas no estado, representando 24% do total, com 712 mil ocupados. Em 2011 sua participação caiu pela metade, 12% do total, ficando com apenas 403 mil ocupados nesta atividade, a qual cresceu a uma taxa altamente negativa, 4,2% ao ano, entre os anos de 2002 a 2011.

A indústria de transformação cresceu a uma taxa de 1,6%, essa também é uma atividade expressiva, com 632 e 719 mil de pessoal ocupado nos anos de 2002 e 2011 respectivamente. Entretanto, no que se refere à participação relativa no total de ocupações do estado esta atividade ficou estagnada, em 21% da PEA ocupada no período considerado. Como um todo o segundo grande setor se manteve proporcionalmente estável no período e todo o declínio na geração de emprego do setor primário foi compensado pelo aumento da participação dos diversos ramos de atividades do terceiro grande setor, o setor de serviços.

**Tabela 4:** Distribuição e percentual da PEA ocupada, por ramos de atividade (mil pessoas). SC, 2002 e 2011.

Ramos de Atividade	2002	%	2011	%	2002-2011
Total	2.966	100%	3.385	100%	<b>1,4%</b>
Agricultura	712	24%	403	12%	<b>-4,8%</b>
Indústria	649	22%	739	22%	<b>1,6%</b>
Indústria de transformação	632	21%	719	21%	<b>1,6%</b>
Construção	175	6%	266	8%	<b>4,0%</b>
Comércio e reparação	469	16%	645	19%	<b>3,7%</b>
Alojamento e alimentação	82	3%	125	4%	<b>3,3%</b>
Transporte, armazenagem e comunicação	116	4%	174	5%	<b>5,1%</b>
Administração pública	114	4%	174	5%	<b>4,3%</b>
Educação, saúde e serviços sociais	202	7%	295	9%	<b>3,9%</b>
Serviços domésticos	172	6%	162	5%	<b>0,2%</b>
Outros serv. coletivos, sociais e pessoais	91	3%	116	3%	<b>3,3%</b>
Outras ativ., ativ. mal definidas ou não declaradas	183	6%	286	8%	<b>4,6%</b>

Fonte: IBGE/PNAD.

Dentre os ramos de atividades que mais contribuem para a geração de emprego destacam-se as atividades de Comércio e reparação e a de Educação, saúde e serviços sociais, é claro que a primeira com números bem mais expressivos que a outra. Sendo que em 2002 Comércio e reparação eram 16% dos ocupados, contra 7% da Educação, saúde e serviços

sociais. Em 2011 as duas atividades tiveram um crescimento da participação no estado, porém enquanto a primeira teve um aumento de três pontos percentuais, a segunda aumentou dois pontos percentuais.

O setor de transporte, armazenagem e comunicação foi o setor que mais cresceu neste período, a uma taxa de 5,1% ao ano. No entanto, além de não ter muita participação na PEA ocupada total, obteve um aumento de apenas um ponto percentual no período abordado. A administração pública também foi um dos ramos de atividades que obteve um aumento na sua participação relativa de apenas um ponto percentual sobre a PEA catarinense, com uma taxa média de crescimento de 4,3% ao ano.

De acordo com os dados da tabela 4, verificamos que os ramos de atividade comércio e reparação e educação, saúde e serviços sociais, mas principalmente comércio e reparação, absorveram a maior parte dos trabalhadores advindos inclusive de outros setores.

## **5. Considerações Finais**

A mudança no padrão de acumulação, imposta pela reestruturação produtiva, alterou estruturalmente o mercado de trabalho catarinense principalmente em relação à composição dos empregos e do perfil dos trabalhadores empregados. Essas alterações refletem o movimento em curso no mercado de trabalho do país.

A análise possibilitou uma série de considerações a respeito das novas estruturas do mercado de trabalho catarinense, principalmente no que tange às modificações gerais. A nova configuração do mercado de trabalho, além de ser condizente com a conjuntura econômica atual, é reflexo da reestruturação produtiva por que passou o estado diante das exigências do mercado mais competitivo.

Apesar de uma maior estruturação do mercado de trabalho catarinense, ainda existe um percentual considerável de pessoas, 17,9% da PEA, que trabalham por conta própria. Os empregados domésticos, por exemplo, ainda têm sua maioria fora do mercado protegido. Em 2001 Santa Catarina possuía 2.965 mil de pessoas economicamente ativa (PEA), que representava 64,5% da sua população em idade ativa. Em 2011 perdeu participação relativa, caindo para 62,4% com 3.502 mil de pessoas economicamente ativas.

Em relação ao nível de ocupação, em 2001 o estado contava com 95,9% da PEA ocupada e entre os anos de 2001 e 2011 a PEA ocupada só vem crescendo. Já os desocupados perderam participação relativa sobre a PEA catarinense. Assim, entre os anos de 2001 a 2011

a taxa de desemprego aberto obteve uma queda no estado e pode-se dizer que em termos absolutos houve um aumento de 692 mil novos empregados na economia entre os anos de 2001 e 2011. Outro indicativo de uma maior estruturação do mercado de trabalho em Santa Catarina é que as categorias menos estruturadas obtiveram taxas de crescimento negativas e os empregados com carteira assinada tiveram um aumento da sua participação no total de empregados no Estado.

É importante ressaltar também a participação feminina que vem crescendo ano a ano no mercado de trabalho catarinense. Dentro da PEA, as mulheres apresentaram um crescimento de 2,1%, superior aos dos homens sendo uma tendência mais representada pela PEA feminina urbana, já que no meio rural o crescimento anual percentual de 1,2% foi negativo.

Já entre os ramos de atividades, concluiu-se que as atividades de comércio e reparação e a de educação, saúde e serviços sociais foram as que mais contribuíram para a geração de emprego. São também esses ramos de atividade, com grande enfoque para o comércio e reparação, que absorveram a maior parte dos trabalhadores advindos de outros setores.

## **Referências Bibliográficas**

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

BALTAR, Paulo. **Emprego, política de emprego e política econômica no Brasil**. Escritório da OIT no Brasil. 1 v. (Série Trabalho Decente no Brasil ; Documento de trabalho n.2). Brasília: OIT, 2010.

CARDOSO, José Álvaro de Lima. **Reestruturação produtiva e mudanças no mundo do trabalho**: um olhar sobre os setores têxtil e alimentício em Santa Catarina. Tubarão: Studium, 2004.

COMISSÃO ECONÔMICA PARA A AMÉRICA LATINA E CARIBE. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília: CEPAL/PNUD/OIT, 2008. 176 p. Disponível em:  
<<http://www.pnud.org.br/arquivos/arqui1220877382.zip>>.

COUTINHO, Luciano. A terceira revolução industrial e Tecnológica: as grandes tendências de mudança. **Revista Economia e Sociedade**, n.1, ago. 1992.

GUJARATI, Damodar N. **Econometria Básica**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2000.

HARVEY, D. **Condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre a modernidade, São Paulo: Ed. Loyola, 1992. In: ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?**: ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. 4.ed. Campinas, SP. Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1997.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA. Políticas públicas de emprego, trabalho e renda no Brasil. In: \_\_\_\_\_. Brasil: o estado de uma nação. **Mercado de trabalho, emprego e informalidade**. 2006a. cap. 7. p. 401. Disponível em: <[http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/estadonacao2006/cap7\\_politicas.pdf](http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/estadonacao2006/cap7_politicas.pdf)>.

MATTEI, Lauro F. ; NIEDERLE, Sidnei ; PELED, Rayana. ; LAVRATTI, Bruna. B. . **Evolução do mercado formal de trabalho no estado de Santa Catarina na primeira década do século XXI**. 2012.

PRONI, Marcelo W.; ROCHA, Thaíssa T. A OIT e a promoção do trabalho decente no Brasil. **Revista da ABET**, Associação Brasileira de Estudos do Trabalho, vol. IX, n. 1, jan-jun, 2010.

PRONI, Marcelo W. Trabalho decente e vulnerabilidade ocupacional no Brasil. **IE/UNICAMP**. n.188, 2011, p. 22.

POCHMANN, Márcio. **A década dos mitos**. São Paulo: Contexto, 2001.

\_\_\_\_\_. **O trabalho sob fogo cruzado**: exclusão, desemprego e precarização no final do século. São Paulo: Contexto, 2002, p. 34.